



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

PAUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DE GESTÃO E GOVERNANÇA REGIONAL

Data: 19/01/2022

Horário: 09:00 horas

Por videoconferência

Dr. Mauro Theobald – SGI/SES, iniciou a reunião cumprimentando aos membros do COSEMS e da SES presentes bem como o Dr. Venerando Lemes do CES e demais presentes das Regionais de Saúde.

Dra. Verônica Savatin – SMS de Chapadão do Céu/Presidente do COSEMS, cumprimentou a todos os presentes e devolveu a palavra ao Dr. Mauro e solicitou desculpas ao Dr. Venerando por não ter tido tempo de retornar a ligação telefônica do dia anterior mas que a Dra. Jaqueline já resolveu a questão.

1.1 – COSEMS solicita orientações do Conselho Estadual de Saúde (CES), quanto a realização das etapas municipais da 5ª Conferência Nacional de Saúde. (COSEMS).

1 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

1.1 – COSEMS solicita orientações do Conselho Estadual de Saúde quanto a realização das etapas municipais da 5ª Conferência Nacional de Saúde. (COSEMS)

Dr. Venerando Lemes – Presidente do CES/SES, cumprimentou a todos e referiu que passou por atribulações de acidente envolvendo servidores de sua pasta mas que tudo se resolveu. Referiu que a Conferência de Saúde Mental é importante até mesmo pelo período de pandemia nos últimos 2 anos. Em Goiás não se tem uma rede de saúde mental e esta tem passado por retrocessos, cujo governo federal não tem preocupado e respeitado muitas das decisões e que se não forem trabalhadas estas questões pode ser que retroceda por 30 anos ou mais. O Estado de Goiás está fazendo uma boa gestão tendo tido melhorias sobretudo na gestão Estadual, COSEMS e seus apoiadores. O CES tem contribuído com estas melhorias pois que sozinho não pode-se realizar alguma coisa, mas que juntos faz-se muitas coisas certas, e é por isto que possuem esta parceria entre CES, COSEMS, Gestão Estadual, Ministério da Saúde. Salientou do conhecimento das dificuldades principalmente dos municípios que precisam de toda atenção devido a sua fragilidade e falta de técnicos, pois que cada município sabe das suas limitações para se fazer uma conferência presencial, logo precisamos de parcerias entre o CES e COSEMS a fim de fazermos o mínimo, principalmente por esta questão do vírus em que segundo dados da televisão 27% dos testes foram positivados na rede hospitalar. Reuniões foram realizadas no intuito de discutir, verificar os prejuízos e tomou-se uma decisão de que haja a conferência de forma híbrida nos locais que foram possíveis e que precisa verificar se em um ginásio ou um lugar aberto pode colocar as pessoas necessárias pois que totalmente online não tem condições. Ao exemplo do que aconteceu com o município de Goiânia, que por mais que tenha muito mais estrutura do que muitos municípios, fez uma etapa da Conferência de Saúde Mental online que foi um fiasco.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Outra questão é que o Conselho Nacional as vezes erra, uma vez que, aprova a Conferência estipulando que a partir de Outubro podem ser realizadas conferências livres regionais e apraza as estaduais junto com as regionais e com isto ficam “engessados”. Houve uma prorrogação da Resolução Nº 007, a qual estipula os prazos, mas, na verdade, o que houve foi apenas uma liberação de prazo das reuniões municipais que seriam até 31 de Janeiro, o que complica até mesmo pela falta de orçamento no início do ano. A realização da Conferência Estadual precisa ser trabalhada em conjunto pois deve ser realizada pelas 18 Regionais dos 246 municípios. Para se fazer uma conferência há necessidade de terem relatórios prontos provenientes das comissões, principalmente a comissão de relatoria para concluir a conferência. Não tem como fechar 246 relatórios nos municípios para serem encaminhados para a Regional e depois fechar das 18 regionais e ir para a comissão Estadual se não tiver o prazo e conversando com a relatoria entenderam que não se podia “esticar” muito o prazo pois não darão conta de fechar. Na última Conferência Estadual ainda havia relatórios chegando de municípios para a regional e desta para a estadual fechando no último dia e enquanto Coordenador Geral da Conferência não vai fazer desta forma. Precisa de ter um diálogo com todos para o entendimento de toda esta situação. Então resolveram que as conferências municipais poderão ser realizadas até o dia 15 (quinze) de Março e prorrogaram este prazo máximo para que pudessem fechar os relatórios e realizar as Conferências Regionais, levando-se em conta que existem 18 regionais para realizar a Estadual. Houve um diálogo com a CIR Central e haverá um diálogo com cada Regional e com cada município na premissa de ser bem democrático e entendendo a condição atual porém não há como aumentar mais este prazo. Vai despachar o documento a cerca dos prazos para todos os municípios, para o COSEMS, para a SES e para as Regionais, uma vez que uma conferência não é apenas chegar e reunir um grupo de pessoas, pois depende de uma análise da situação do município do contrário não se tem planejamento. Qualquer dúvida tem a Cleide que é secretária da Conferência que faz os despachos bem como a Gracielle que é a secretária-executiva. O Neusinho que está presente e a Rosália coordenadora da relatoria. Encerrou sua fala se colocando à disposição para responder as dúvidas e perguntas de cada presente.

Dra. Verônica Savatin – SMS de Chapadão do Céu/Presidente do COSEMS, agradeceu a participação do Dr. Venerando, perguntou se não seria possível realizar em vez de 18 Conferências regionais, fazer 05 Macrorregionais?

Dr. Venerando Lemes – CES/SES, referiu que isto já foi discutido porém que aumentaria 200% o gasto da conferência devido aos deslocamentos maiores tendo que fazer a conferência durante 02 dias com maior aglomeração de pessoas. Citou que a Conferência Regional Central terá 408 delegados e se colocar como Microrregional vai para mil e tantos delegados onde não se tem este espaço nesta época de pandemia. Deveria então reduzir o número de delegados, cujo atual quantitativo é do ano de 2018 e não foi mexido na tabela uma vez que aumentaria muito o número de pessoas.

Dra. Verônica Savatin – SMS de Chapadão do Céu/Presidente do COSEMS, disse que Goiânia teria que fazer uma conferência separada pois este quantitativo de delegados teria que ter um espaço do tipo o Serra Dourada ou um ginásio. Quando fizeram o acolhimento dos gestores, por questão de cálculo, reduziu para 05 encontros e sugeriu para condensar em regiões específicas, por exemplo Jataí para Rio Verde são 80 quilômetros e quem vai em um município vai em outro, mais para a intenção de reduzir relatórios, que não seriam então os 18, separando a Região Central que faria separado devido o quantitativo de pessoas e delegados. Deixa como sugestão.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dr. Venerando Lemes – CES/SES, referiu que não seria tanto o problema de distância da região Central e sim da Centro Norte. Saíram da divisa do Tocantins para vir para Anápolis e já reclamaram quando foi feito em Ceres e teve município que não participou e nem enviou seus delegados.

Dra. Verônica Savatin – SMS de Chapadão do Céu/Presidente do COSEMS, disse que as conferências deverão ser de forma híbrida (etapas Regional e Estadual), pois que a pessoa tem o direito a não querer se expôr num ambiente de 500 pessoas e pergunta qual será o apoio aos municípios; se será Regional ou do CES

Dr. Venerando Lemes – CES/SES, afirmou que apoio será em parceria em que todos apoiarão e que trabalham em conjunto com a gestão. Deste 2018 foi aprovado que o CES teria um representante na regional e que felizmente isto foi consolidado. Parabeniza a gestão tendo muito mais condição de apoiar. Inclusive a Dra. Maria Cecília que estava à frente da SUVISA, ajudou muito com pessoal em um diálogo muito aberto e franco com o COSEMS.

Dr. Mauro Theobald – SGI/SES, perguntou sobre alguma outra colocação a cerca deste tema

Dra. Simone Camillo – Subsecretaria/SES, disse que acha muito importante o alinhamento das estratégias e da fala para que seja feito com as 18 regionais e não somente com a Central apesar de entender o papel da Regional Central com tantos municípios e sua proximidade. Se diz preocupada quando o Dr. Venerando disse que já conversou com a Regional Central pela proximidade mas que precisa fazer com as 18 Regionais de Saúde e se colocou à disposição.

Dr. Venerando Lemes – CES/SES, esclareceu que teve uma CIR em que o CES foi convidado para dialogar sobre a conferência mas que vai conversar com as 18 regionais, haja vista que possui um representante em cada regional para realmente haver este alinhamento e terem uma fala única entre as instâncias, para facilitar para os municípios e buscando o produto para apresentar na Conferência Estadual.

Dra. Lucélia Borges – COSEMS, reiterou a necessidade de fazer esta aproximação com todos os atores de cada região, pois quem sabe da realidade bem como fazer o levantamento de palestrantes advém deste alinhamento e acesso à informação.

Dr. Mauro Theobald – SGI/SES, referiu algumas contribuições no chat.

Dr. Venerando Lemes – CES/SES, disse que inclusive tem no chat perguntas sobre palestrante. Estão abertos sobre a participação de pessoas mas que deve ser tratado de assuntos sobre a conferência e não de política. Houve casos de contratarem palestrantes terceirizados que saíram do foco. Não vetará empresas que fazem palestras porém não concorda com essa forma faturista. Quem tiver expertise como palestrante e quem puder contribuir, será muito bem-vindo.

Dr. Mauro Theobald – SGI/SES, disse que no chat houve o levantamento da questão da Superintendência de Saúde Mental e populações Específicas/SES estarem alinhados com a CES.

Dr. Venerando Lemes – CES/SES, disse que a SUSMEP já participou de algumas reuniões do CES e que quando tomaram estas decisões, a Superintendente estava presente e ofereceu apoio.



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

1.2 – Remanejamento de recurso de PPI alocado no Teto MAC de Goiânia para a Secretaria de Estado da Saúde em decorrência da Resolução nº 223/2021 – CIB. (SMS Goiânia)

Dra. Andressa – SMS/Goiânia, solicitou essa pauta devido ao remanejamento do Teto Mac alocado em Goiânia em decorrência da Resolução CIB nº 223/2021. Isso já está efetivado tanto no SISMAC quanto no SISPPPI. Total programado para Goiânia seria o valor de R\$ 607.759.377,10 (seiscentos e sete milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, trezentos e setenta e sete reais e dez centavos). Apresentou o valor referente a produção das unidades da rede estadual em Goiânia no valor de R\$ 66.666.303,84 (sessenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e três reais e oitenta e quatro centavos). Recursos alocados no Teto Mac como reserva técnica referente a recursos das Redes de Atenção ou de destinação específica no valor total de R\$ 58.300.121,68 (cinquenta e oito milhões, trezentos mil, cento e vinte e um reais e sessenta e oito centavos). Informou que o recurso programado é referente tanto para população própria quanto da população referenciada. Apresentou um quadro do SISPPPI comparativo. Houve uma diferença na reserva técnica, com a redução de R\$ 58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões de reais). O quadro 7 apresentado traz o valor que era debitado de Goiânia pelo PCEP no final do encontro de contas que ia para a conta do Estado no valor de R\$ 52.152.927, (cinquenta e dois milhões, cento e cinquenta e dois mil, novecentos e vinte e sete reais). Agora no mês de janeiro foi realizado o débito dos R\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais), no teto relacionado as unidades sob Gestão Estadual. O teto de Goiânia hoje está em R\$ 484.022.588,73 (quatrocentos e oitenta e quatro milhões, vinte e dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e três centavos). Esse é o teto que vai bater com SISMAC. Hoje o município de Goiânia sabe o valor real que cada município tem alocado uma vez que tem esse repasse de R\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais), ao teto do Estado. Goiânia ficou com o mesmo recurso pactuado com cada município, mas com um débito de R\$ 66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais). Isso que seria a discussão

Dr. Sérgio Nakamura – SMS/Goiânia, disse que houve uma redução do teto de Goiânia na reserva técnica e nos itens programados tanto de população própria quanto programada. O que são recursos de rede estão identificados. O recurso programável é importante para o teto de Goiânia sendo consequência de uma programação da PPI. Tem que haver uma definição do que desse recurso seria de procedimentos de referência, o que seria de abrangência porque são pactuações diferentes. Também tem que definir o que seria recurso por município. O Estado ao ajustar o SISPPPI, ele ajusta no total, reduz o teto de Goiânia no total mas não reduz o teto nas linhas programáveis sendo uma conta que não bate. Não se sabe quanto de fato um município tem pactuado com Goiânia.

Dr. Mauro Theobald – SGI/SES, disse que o PCEP foi criado para um grande encontro de contas na ocasião quando as Unidades Estaduais estavam sob a regulação do município de Goiânia. Com o advento da Resolução nº 223/2021 o PCEP deixou de existir. Os atendimentos, as prestações de serviço assistencial realizado nas Unidades Estaduais localizadas em Goiânia continuam sendo feitos e o recebimento diretamente para o Estado. Os municípios de todo o Estado são atendidos nessas unidades sem teto. O Estado tem feito uma



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

série de financiamentos com municípios onde existe a necessidade por exemplo de um município prestar serviço a região. Existem fontes de financiamentos onde o Estado pode contribuir nesse sentido.

Dr. Ricardo Nunes – GPI/SES, disse que com relação a metodologia para como é feito o gerenciamento da média e alta complexidade e dos recursos financeiros para pactuação, com a Resolução CIB a partir da competência outubro/2021 a transferência da gestão e regulação das unidades, ficou aprovado o remanejamento dos recursos. Ficou acordado que não seria remanejado recurso além do que já estava definido. Recursos esses já pactuados com Goiânia no PCEP. A composição desses recursos seria a produção das unidades Estaduais, os incentivos das redes de atenção a saúde e recursos de Uti do Hugol. Esses são os recursos que compõe o montante de R\$ 124.000.000,00(cento e vinte e quatro milhões de reais) ao ano. São recursos específicos das Unidades Estaduais que foram remanejados ao fundo Estadual porque são referentes as unidades Estaduais. Esses recursos já eram repassados ao fundo Estadual pelo Ministério da Saúde. Não foi feito nenhum débito além do que já estava no PCEP.O débito foi feito a partir da primeira parcela de 2022 considerando que a SES assumiu a partir da competência de Novembro após a decisão judicial. A SES publicou uma Portaria mantendo o pagamento ao município até Dezembro e a partir de Janeiro é necessário que o município dê entrada na documentação e planos de trabalho. Foi prestado todo apoio para consolidação disso. Fazer o repasse e não haver interrupção do pagamento ao município de Goiânia desses cofinanciamentos que abrangem não só a população de Goiânia mas a população referenciada também. O valor não ficou vinculado ao que era repassado. Em relação as contrapartidas, repassadas aos 246 municípios, elas serão mantidas. Em relação aos cofinanciamentos a SES está a disposição para dar essa continuidade.

Dr. Sérgio Nakamura – SMS/Goiânia, disse que a partir da decisão da CIB referendada pela decisão judicial o PCEP acaba, não havendo nenhuma divergência daquilo falado pelo Ricardo. Os recursos de reserva técnica e de redes, o que saiu do teto de Goiânia já era pago ao Estado. O que se está questionando seria que parte desse recurso era teto programável, ou seja, tanto de abrangência quanto de referência. Quando sai esse teto de Goiânia e vai para o teto do Estado, esse recurso saiu de onde? Dr. Sérgio continua o questionamento perguntando se o recurso saiu da população própria, da população referenciada ou foi de recurso de referência. Isso interfere na execução da PPI. Dr. Sérgio pergunta ao Ricardo se o teto que foi para o município de Goiânia sai do teto Mac do Estado.

Dr. Ricardo Nunes – GPI/SES, disse que o valor já era abatido do Teto de Goiânia. Era feito um repasse para Goiânia a título de Cofinanciamento e contrapartida. Os atendimentos continuam sendo realizados a todos os municípios pelas Unidades Estaduais só que sem consideração de teto. Isso não gera algo negativo para nenhum município

Dr. Sérgio Nakamura – SMS/Goiânia, perguntou como fica o teto de Goiânia agora?

Dr. Ricardo Nunes – GPI/SES, informou que agora o município de Goiânia ira fazer a reprogramação e não vai controlar mais o teto de atendimento realizado em Unidade Estadual.

Dr. Mauro Theobald – SGI/SES, informou que a lógica do teto deixa de existir



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dr. Sérgio Nakamura – SMS/Goiânia, informa ao Dr. Mauro que não deixa de existir. Esse recurso que foi para o Estado seria item programado de PPI. O recurso saiu de forma global mas não saiu por município.

Dr. Mauro Theobald – SGI/SES, falou que o atendimento ao município continua sem a observação do teto. As unidades com regulação de Goiânia entra conforme falado pelo Ricardo em relação as contrapartidas

Dra. Aparecida Rodrigues – COSEMS, falou que o município de Goiânia está pedindo é que fique transparente dentro do sistema, o que desses R\$68.000.000,00 (sessenta e oito milhões de reais), seria de população própria de Goiânia e qual fração seria dos demais 245 municípios do estado. Isso para o controle da gestão da PPI de Goiânia e não em relação a atendimento em unidades Estaduais. Isso para que o município de Goiânia controle o crédito de cada município com Goiânia. Não tem a ver com atendimentos nas unidades Estaduais e sim com os atendimentos das unidades conveniadas com Goiânia

Dra. Verônica Savathin – SMS de Chapadão do Céu/Presidente do COSEMS, informou que o Cosems recebeu na semana passada, um ofício do município de Goiânia solicitando a criação de um grupo para se discutir sobre essa situação e valores. Perguntou se Isso não teria uma fórmula de cálculo padrão.

Dr. Ricardo Nunes – GPI/SES, respondeu que talvez seria o momento para trazer de que forma é feita essa metodologia de cálculo de teto dos municípios. No valor do PCEP tinha cofinanciamento e contrapartida dentro do valor. O resultado disso não afeta em atendimento.

Dra. Verônica Savathin – SMS de Chapadão do Céu/Presidente do COSEMS, deu exemplo do seu município onde Goiânia precisará saber qual seria o teto de Chapadão do Céu para continuar liberando os atendimentos com o município.

Dr. Ricardo Nunes – GPI/SES, explicou que esse é o momento para ver como e feita essa metodologia de cálculo do teto dos municípios, porque o teto tem a composição do recurso programado e tem a parte de recurso que não estão programado no teto do município, e essa questão não é só de Goiânia e para os 246 municípios. E para entender melhor, isso não afeta o atendimento porque no repasse do valor do PCEP tinha cofinanciamento e contrapartida dentro do valor, e esse valor estava sendo somado no teto dos municípios e o resultado não afeta em atendimento, porque os atendimentos que eram feitos antes continua, só que agora sem considerar teto, não tem essa limitação mais.

Dra. Verônica Savathin – SMS de Chapadão do Céu/Presidente do COSEMS, deu o exemplo de Chapadão do Céu, disse que o atendimento da Rede Estadual está mantido independente de teto, e voltou o atendimento de acordo com a sua solicitação e com a disponibilidade da instituição, e para Goiânia alguns serviços que não tem nas unidades Estaduais, mais que ainda tem pactuado com Goiânia. E pergunta se Goiânia vai precisar saber qual que é o teto para continuar liberando os atendimentos de Chapadão.

Dr. Sérgio Nakamura – SMS/Goiânia, respondeu que seria isso mesmo. E que independente da forma que o Estado vai executar, o Estado vai ter um teto do MAC dentro da PPI. E da mesma forma que Goiânia, Anápolis ou Aparecida de Goiânia ou Rio Verde acoplado. E se o teto está sendo executado ou não para nossa população própria, vai ter que verificar se o Estado dentro dessa programação o que está no teto do Estado para população própria de



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Goiânia, Anápolis ou Aparecida de Goiânia, está sendo executado de acordo com que foi repactuado.

Dr. Mauro Theobald – SGI/SES, respondeu que a diferença é que o Estado ele não vai fazer nenhum tipo de limitação desse teto, e não fará nenhum tipo de limitação no atendimento

Dr. Sérgio Nakamura – SMS/Goiânia, complementou que independente disso tem que saber se está sendo executado teto ou não. Para isso tem que definir o que está no teto do Estado é de Goiânia, Anápolis ou Aparecida de Goiânia, Chapadão do Céu.

Dr. Ricardo Nunes – GPI/SES, respondeu que não tem essa distribuição o teto do Estado é executado na sua totalidade, se considerar essa produção aprovada ela ultrapassa os R\$66.000.000,00(sessenta e seis milhões de reais)é muito. Sendo executado para os 246 municípios.

Dr. Sérgio Nakamura – SMS/Goiânia, pergunta se está sendo executado de acordo com a programação?

Dra. Verônica Savathin – SMS de Chapadão do Céu/Presidente do COSEMS, deu um exemplo, de quem é que está tendo mas atendimento igual quando era 73 por cento do município de Goiânia e 27 para os outros. Pergunta para o Dr. Sérgio se hoje quem são os pacientes que estão sendo atendido nas unidades estaduais?

Dr. Sérgio Nakamura – SMS/Goiânia, respondeu que da mesma forma que está discutindo avaliação de PPI para todos, avaliação de teto, para fazer completamente isso tem que calcular o teto do Estado para o município.

Dr. Mauro Theobald – SGI/SES, disse que o Estado não restringe em nenhum dos municípios goianos no atendimento, por exemplo programa para o município X e Y passou da sua cota não vamos atender, não seria isso nos atendimentos nas unidades estaduais. No caso das unidades municipais geridas e localizadas em Goiânia. A lógica de atendimento seria a mesma da Verônica, exemplo as coparticipações, se o Estado receber demandas de coparticipação vai financiar porque Goiânia faz parte dos municípios Goiano, o Estado precisa também dar suporte a Goiânia, tudo dentro da lógica de suporte. E tudo é passivo de ser discutido essa necessidade de complementar o financiamento assistencial dentro de Goiânia. O Estado precisa prover assistência para todos os municípios igualmente para toda população, não a distinção entre morador de Goiânia e morador de município.

Dra. Verônica Savathin – SMS de Chapadão do Céu/Presidente do COSEMS, pergunta se para dar continuidade na pauta o que foi solicitado para saber o valor per capita ou por execução, se precisa saber qual que é a metodologia de cálculo. E vai encaminhar de qual forma?

Dr. Mauro Theobald – SGI/SES, deu a sugestão de talvez criar um grupo.

Dra. Verônica Savathin – SMS de Chapadão do Céu/Presidente do COSEMS, disse que o COSEMS já está respondendo a Secretaria de Goiânia, como foi solicitação de Goiânia os indicados o COSEMS para compor o grupo, no grupo vão ver qual a melhor forma, e não sabe se Goiânia já tinha uma metodologia de cálculo que fazia essa distribuição, vão olhar a



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

fórmula de cálculo de Goiânia organiza e fazem a separação desse R\$68.000.000,00(sessenta e oito milhões de reais), do que foi de cada município e daí tem a resposta para pauta.

Dr. Sérgio Nakamura – SMS/Goiânia, disse que as vezes quando fazia avaliação de PPI não é uma fórmula de Goiânia. E algum tempo atrás eles pactuaram a metodologia de avaliação da PPI e com base nela que fazia as avaliações.

Dra. Verônica Savathin – SMS de Chapadão do Céu/Presidente do COSEMS, pediu para colocar no grupo, discutir e oficializa no próximo GT e pactua na próxima CIB como uma fórmula de cálculo, e fica como metodologia oficial para as considerações no Estado. Finalizou dizendo que vai encaminha os nomes do COSEMS para o Dr. Mauro com cópia para o Ricardo e a mesma coisa a SES com cópia para Goiânia para saber quem é o grupo. informou que é um grupo para dar continuidade amadurecer a pauta, subsidiar as informações e trazer para o próximo GT.

Dra. Jaqueline Gonçalves– COSEMS, acrescentou que já respondeu os indicados do COSEMS, Jaqueline, Cida, Patrícia e Verônica, respondido no mesmo e-mail.

Dr. Sérgio Nakamura – SMS/Goiânia, pergunta se enquanto o grupo não resolve como fica a execução da PPI de Goiânia em relação a repactuação e a execução.

Dra. Aparecida Rodrigues – COSEMS, respondeu que como estão no início do ano, vão conseguir reunir e definir essa metodologia e já levaria para próxima CIB. Disse que gostou muito da definição da Dra. Verônica, porque sempre questionou não ter uma resolução que definisse o método da distribuição das reservas técnicas. Porque não em como ficar reprogramando PPI a cada portaria publicada e tendo isso como resolução CIB vai ser regra para todos os municípios e todas as reservas futuras até reprogramações.

2 – DISCUSSÃO E PACTUAÇÃO

2.1 – Pactuar o calendário de reuniões dos Grupos de Trabalho e da CIB para o ano de 2022. (SES/COSEMS)

MESES	GRUPOS DE TRABALHO DA CIB			CIB	COSEMS
	GT GESTÃO E GOVERNANÇA	GT ATENÇÃO À SAÚDE	GT VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PLENÁRIO	ASSEMBLEIA
JANEIRO	19	18	18	20	19
FEVEREIRO	14	15	15	17	16
MARÇO	14	15	15	17	16
ABRIL*	18	19	19	20 (a tarde)	20 (manhã)

MAIO	16	17	17	17	18
JUNHO	20	21	21	23	22
JULHO	18	19	19	21	20
AGOSTO	15	16	16	18	17
SETEMBRO	19	20	20	22	21
OUTUBRO	17	18	18	20	19
NOVEMBRO **	16	17	17	18(a tarde)	18(manhã)
DEZEMBRO	12	13	13	15	14

OBSERVAÇÃO: as Assembleias do COSEMS acontecerão nas quartas-feiras, um dia antes da reunião da CIB, no período da tarde, com exceção dos meses de abril e novembro.

* A reunião na quarta-feira porque 21/04 é feriado.

** A reunião na sexta-feira porque terça, dia 15, é feriado.

- GT de Gestão e Governança Regional - (2ª feira): 14h
- GT Atenção Integral à Saúde - (3ª feira): 09h
- GT Vigilância em Saúde - (3ªfeira): 14h
- Reuniões de CIR sempre nas 1ª e 2ª semanas
- Reuniões de CIM e GTM's sempre nas 4ª semana do mês

Dra. Jaqueline Gonçalves – COSEMS, disse que levou uma proposta de mudança na data do GT de Gestão e Governança das quartas-feiras para as segundas-feiras no período da tarde, considerando que nas Assembleias COSEMS ficaram nas quartas-feiras a tarde é uma semana muito tumultuada e considerando que muitos secretários têm que se deslocar para o município de Goiânia para participar tanto da Assembleia como da reunião da CIB, foi solicitado essa mudança do GT de Gestão e Governança para segundas-feiras no período vespertino, o GT de Atenção e de Vigilância permanecia nas terças-feiras a CIBs nas quintas-feiras pela manhã e as Assembleias COSEMS ficaria na quarta feira. Disse que à duas exceções, são os meses de abril e os meses de novembro, devido os feriados, teria que antecipar a CIB para quarta feira a tarde e a Assembleia COSEMS ficaria na quarta feira pela manhã, e no mês de novembro ficaria o GT de Gestão e Governança na quarta dia 16 a tarde, quinta feira dia 17 GT de Atenção e Vigilância manhã e a tarde e na sexta feira dia 18 ficaria pela manhã a Assembleia do COSEMS e a tarde a CIB. As demais datas ela permanece na mesma lógica que em acontecendo, considerando que a CIB e sempre uma semana antes da reunião da CIT. e uma outra mudança que gostaria de propor e que as reuniões de CIR acontecesse na primeira e segunda semanas de todo mês para que ela seja anterior a reunião da CIB, e as reuniões de CIM e as reuniões dos grupos de trabalho Macro Regional do PRI acontecesse sempre na quarta semana de todo mês, sendo essa as propostas.

Dra. Simone Camillo – Subsecretaria/SES, falou em relação aos calendários CIR, que estão passando essa sugestão de serem na primeira e segunda semana do mês, por tanto solicita para encaminharem também o calendário do ano das reuniões da CIM e GTM, considerando que as reuniões de CIM são bimestrais e o GTM mensais para que tenham essa organização.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Jaqueline Gonçalves – COSEMS, reforçou que esse planejamento prévio é muito importante para os secretários, e aqueles que estão presente nesse GT ter essa compreensão, que essas agendas são prioritárias para o gestor municipal de saúde. Quando assume uma secretaria municipal de saúde acha que as vezes a gestão se resume dentro do seu território, e não é. A gestão de saúde ela vai além dos limites geográficos do nosso território. E esse espaço nessas reuniões é muito importante para qualificação permanente dos técnicos municipais e dos secretários municipais de saúde. Em seguida fez um apelo para os secretários municipais se atentarem para esse calendário porque ele é muito importante para qualificação dele como gestor, e a participação dessas agendas deve ser prioritária para o gestor já entrar no seu planejamento.

Encaminhamento: vai para a reunião da CIB

2.2 – Pactuar a solicitação, de recomposição de TETO MAC, recurso financeiro de Média e Alta Complexidade, junto ao Ministério da Saúde no valor de R\$ 219.604,00 anual, para Secretaria Municipal de Saúde de Formoso, para atender a população própria e referenciada. (SMS – Formoso)

Dr. Ricardo Nunes – GPI/SES, disse que recebeu um ofício de Formoso com essa solicitação de recurso junto ao ministério e por isso esse assunto foi inserido na pauta. E preciso levar para CIB para ter resolução para o município poder pleitear junto ao Ministério.

Dra. Verônica Savathin – SMS de Chapadão do Céu/Presidente do COSEMS, disse que nunca se opõe nessas questões mais precisa de ter outras informações, precisa de alguém do município estar presente para dar mais informação sobre essa pauta.

Dr. Ricardo Nunes – GPI/SES, apresentou o ofício que o município encaminhou compartilhando a tela, apresentando todos dados, valores que foi colocado mês a mês referente a 2021 considerando a produção SIA/SUS produção AIH, produção total, o valor que recebe por mês e a diferença mensal com o resumo da produção do valor produzido, verso valor recebido.

Dra. Verônica Savathin – SMS de Chapadão do Céu/Presidente do COSEMS, pergunta para o Ricardo se tem resolução CIR, encaminhado junto com o ofício. E fala que sem resolução CIR não tem como, porque nessa reunião só ratifica aquilo que já foi passado na CIR, como os demais municípios e feito dessa forma.

Dr. Ricardo Nunes – GPI/SES, respondeu que não foi encaminhado a resolução e solicita que se a regional poder fazer essa devolutiva para CIR passar esse assunto para pactuar primeiro na CIR e volta para discussão no próximo GT.

Dra. Verônica Savathin – SMS de Chapadão do Céu/Presidente do COSEMS, falou que recomposição de MAC entra como recurso de região, justifica a recomposição de teto MAC em cima de atendimento. Tem que passar em CIR.

Dra. Lirce Lamounier – Secretária Executiva da CIB, informou que as resoluções aprovadas são encaminhadas para as CIR e a CIR encaminha para os municípios, mas a negociação junto ao Ministério é do município, porque tem alguns municípios que estão aguardando a resposta do Ministério, entendendo que a CIB é quem vai entrar em contato



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



cosems|GO



Comissão Intergestores Bipartite

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

com o Ministério. Deixou claro que quem entra em contato com o Ministério é o próprio município que está solicitando a recomposição do teto.

Encaminhamento: não vai para a pauta da CIB. Passar em CIR e depois retorna ao GT.

3 – INFORMES

Não foi apresentado nenhum informe.